

O CORPO EM PEDAÇOS: O DIREITO DE PROPRIEDADE SOBRE PARTES DESTACADAS DO CORPO HUMANO

*THE BODY IN PIECES: PROPERTY RIGHTS IN
FACE OF DETACHED HUMAN BODY PARTS*

BRUNELLO STANCIOLI

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. *Academic Visitor* no *Uehiro Centre for Practical Ethics* – Universidade de Oxford (2011-2012). Professor adjunto (graduação e pós-graduação *stricto sensu*) no Departamento de Direito Civil e Comercial da Faculdade de Direito da UFMG.
brunellostancioli@gmail.com

LUCAS COSTA DE OLIVEIRA

Doutorando em Direito – Faculdade de Direito da UFMG. Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Professor de Direito Civil dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* em Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos e da Pós-graduação *lato sensu* em Direito Médico e Bioética da PUC Minas.
lucasoliveira01@gmail.com

Data de recebimento: 01.04.2020

Data de aprovação: 22.07.2021

ÁREAS DO DIREITO: Constitucional; Civil

RESUMO: Partindo dos problemas que emergem da falta de clareza a respeito do *status* jurídico das partes destacadas do corpo humano, o presente artigo tem como principal objetivo investigar a maneira mais adequada de compreender e regular os interesses que recaem sobre esses elementos corpóreos, buscando evidenciar as suas implicações teóricas e práticas. A proposição que se pretende desenvolver é a de que partes destacadas do corpo humano podem ser compreendidas como coisas tuteladas pelo direito de propriedade, ainda que com algumas limitações e conexões com os direitos da personalidade.

ABSTRACT: Departing from the problems that arise due to the lack of clarity regarding the legal status of detached parts of the human body, this paper has as its main objective the investigation of the most adequate manner of comprehending and regulating the interests that fall upon such corporeal elements, searching to evidence its theoretical and pragmatic implications. The developed claim is that separated parts of the human body can be understood as things regulated by the Property Law, even if with some limitations and connections to the personality rights.

PALAVRAS-CHAVE: Partes destacadas do corpo humano – Direito ao próprio corpo – Direitos da personalidade – Direito de propriedade – Auto-propriedade.

KEYWORDS: Detached human body parts – Right to one's own body – Personality rights – Property rights – Self-ownership.

SUMÁRIO: Introdução. 1. Os problemas em evidência. 2. Uma abordagem a partir dos direitos da personalidade. 3. Uma proposta a partir do direito de propriedade. 3.1. As vantagens da proposta. 3.2. O problema da fundamentação. 3.3. O problema da titularidade. 3.4. O problema do conteúdo. 3.5. Os riscos da proposta. Conclusão. Referências. Referências jurisprudenciais.

INTRODUÇÃO

Os avanços da medicina e das biotecnologias têm proporcionado uma ampla possibilidade de manipulação do corpo humano, viabilizando tanto a separação das suas partes e materiais, como nos casos de transplantes de órgãos, quanto à absorção ou fusão de elementos externos, como nos casos de próteses ou marca-passos.¹ Embora os problemas relativos às configurações jurídicas das partes separadas do corpo humano seja uma temática presente desde o direito romano,² o paradigma biotecnológico torna ainda mais urgente o estabelecimento de um arcabouço dogmático apto a solucionar os novos e vetustos conflitos nesta seara.

Desse modo, partindo dos problemas que emergem da falta de clareza a respeito do *status* jurídico das partes destacadas do corpo humano, o presente artigo tem como principal objetivo investigar a maneira mais adequada de compreender e regular os interesses que recaem sobre esses elementos corpóreos, buscando evidenciar as suas implicações teóricas e práticas. A proposição que se pretende desenvolver é a de que partes destacadas do corpo humano podem ser compreendidas como coisas tuteladas pelo direito de propriedade, ainda que com algumas limitações e conexões com os direitos da personalidade.

1. Cf. HOEYER, Klaus. *Exchanging human bodily material: rethinking bodies and markets*. Dordrecht: Springer, 2013; STANCIOLI, Brunello. Corpo, informação e tecnociências: a manipulação da plataforma empírica dos direitos fundamentais. In: DOMINGUES, Ivan (Org.). *Biotecnologias e regulações: desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 309-322.
2. Nesse sentido, ESPOSITO, Roberto. *As pessoas e as coisas*. Trad. Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. São Paulo: Rafael Coppedi Editor, 2016, p. 25: “No plano normativo o corpo vivo não gozava de nenhum estatuto jurídico próprio, sendo assimilado à pessoa que o encarnava. Ele não podia ser objeto de negócio ou exploração, nem sequer por parte da pessoa que o habitava, levando em consideração que, segundo Ulpiano (9, 2, 13), ‘*dominus membrorum suorum nemo videtur*’, ninguém é dono de seus membros”.

próprio, uso de terceiros, pesquisas); a finalidade a que se propõe (v.g. usos médicos, usos reprodutivos, usos econômicos), e assim por diante. A adoção da abordagem calcada nos direitos de propriedade não irá resolver todos os problemas, mas pode contribuir para a solução destes, especialmente em um país que se encontra em estado letárgico em relação à elaboração de leis sobre biotecnologias e novos usos e manipulações do corpo.

O corpo, enquanto suporte para o exercício de personalidade, é elemento central do Direito. Perceber as amplas possibilidades de manipulação e configuração da corporeidade é indispensável para o avanço de qualquer sistema jurídico. Da mesma forma que a desvinculação do corpo traz desafios intrincados, a incorporação de materiais exteriores ao corpo representa outro lado importante e atual da discussão, potencializada pelos avanços tecnológicos. A fusão homem-máquina – bem delineada na expressão *everyday's cyborgs*⁵¹ – já é uma realidade, mas esse é um assunto para outro momento.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Mariana. Por que cientistas defendem que esperma de homens mortos seja retirado – e doado. *BBC News Brasil*, 21 jan. 2020.
- BATTY, David; PERRONE, Jane. Alder Hey organs scandal: the issue explained. *The Guardian*, 27 April 2001.
- BEVILAQUA, Clovis. *Theoria Geral do Direito Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. Atualizado por Eduardo Bittar. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CHAVES, Antônio. Direito à vida, ao corpo e às partes do mesmo (transplantes). Esterilização e operações cirúrgicas para “mudança de sexo”. Direito ao cadáver e às partes do mesmo. *Revista de Informação Legislativa*, ano 14, n. 55, p. 125-168, 1977.
- CIFUENTES, Santos. *Derechos personalísimos*. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2008.
- CUPIS, Adriano de. *Os direitos da personalidade*. 2. ed. São Paulo: Quórum, 2008.
- DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- ESPOSITO, Roberto. *As pessoas e as coisas*. Trad. Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. São Paulo: Rafael Coppeti Editor, 2016.

51. QUIGLEY, Muireann; AYIHONGBE, Semande. Everyday cyborgs: on integrated persons and integrated goods. *Medical Law Review*, vol. 26, n. 2, p. 276-308, 2018.

- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil*. São Paulo: Editora Atlas, 2015. v.5.
- GOGLIANO, Daisy. *Direitos privados da personalidade*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.
- GOLD, Richard E. *Body parts: property rights and the ownership of human biological materials*. Washington: Georgetown University Press, 2007.
- GOOLD, Imogen; QUIGLEY, Muireann. Human biomaterials: the case for property approach. In: GOOLD, Imogen et al (eds.). *Persons, parts and property: how should we regulate human tissue in the 21st century?* Oxford: Hart Publishing, 2014.
- GROSSI, Paolo. A propriedade e as propriedades na oficina do historiador. In: GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Trad. Luiz Ernani Fritoli. Rio de Janeiro: Renovar, p. 1-84, 2006.
- HARDCASTLE, Rohan. *Law and the human body: property rights, ownership and control*. Portland: Hart Publishing, 2007.
- HODSON, Nathan; PARKER, Joshua. The ethical case for non-directed postmortem sperm donation. *Journal of Medical Ethics*, p. 1-4, 20 jan. 2020.
- HOEYER, Klaus. *Exchanging human bodily material: rethinking bodies and markets*. Dordrecht: Springer, 2013.
- HONORÉ, A. M. Ownership. In: GUEST, A. G. (ed.). *Oxford essays in jurisprudence*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- HOPPE, Nils. *Bioequity: property and the human body*. Farnham: Ashgate Publishing, 2009.
- LARA, Mariana Alves. *O direito à liberdade de uso e (auto)manipulação do corpo*. Belo Horizonte, D'Plácido, 2014.
- MADDOX, Neil. Limited, inclusive and communitarian: in defence of recognising property in the human body. *Northern Ireland Legal Quarterly*, vol. 70, n.3, p. 289-309, 2019.
- NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Panorama bioético e jurídico da reprodução humana assistida no Brasil. *Revista de Bioética y Derecho*, n. 34, p. 64-80, 2015.
- OLIVA, Milena Donato; RENTERÍA, Pablo. Autonomia privada e direitos reais: redimensionamento dos princípios da taxatividade e da tipicidade no direito brasileiro. *Civilistica*, a. 5, n. 2, p. 1-19, 2016.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: teoria geral do direito civil*. Atualizado por Maria Celina Bodin de Moraes. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado: Parte Geral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970. t. II.
- QUIGLEY, Muireann. Property and the body: Applying Honoré. *Journal of Medical Ethics*, vol. 33, p. 631-634, 2007.

- QUIGLEY, Muireann. *Self-ownership, property rights, and the human body: a legal and philosophical analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- QUIGLEY, Muireann; AYIHONGBE, Semande. Everyday cyborgs: on integrated persons and integrated goods. *Medical Law Review*, vol. 26, n. 2, p. 276-308, 2018.
- QUIGLEY, Muireann; SKENE, Loane. Property interests in human tissue: is the law still an ass? In: STANTON, Catherine et al (eds.). *Pioneering healthcare law: essays in honour of Margaret Brazier*. New York: Routledge, 2016.
- RAVÀ, Adolfo. *I diritti sulla propria persona nella scienza e nella filosofia del diritto*. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1901.
- SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de. *O direito geral de personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- STANCIOLI, Brunello. Corpo, Informação e tecnociências: a manipulação da plataforma empírica dos direitos fundamentais. In: DOMINGUES, Ivan (Org.). *Biotecnologias e regulações: desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- STANCIOLI, Brunello; CARVALHO, Nara Pereira. Da integridade física ao livre uso do corpo: releitura de um direito da personalidade. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (Org.). *Manual de Teoria Geral do Direito Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Código Civil – Esboço*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1952.
- TRONCO, Arthur Abbade. O direito ao cadáver e a doação de órgãos pós-morte. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, vol. 13, p. 69-98, 2017.
- VARELA, Laura Beck. Das propriedades à propriedade: a construção de um direito. In: MARTINS-COSTA, Judith (org.). *A reconstrução do direito privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 730-762, 2002.

Referências Jurisprudenciais

- AUSTRALIA. High Court of Australia. 6 CLR 40: *Doodeward v Spence*. Judges Griffith CJ, Barton J, Higgins J, 1908.
- DEUTSCHLAND. Bundesgerichtshof (Sixth Civil Senate), 9 November 1993, BGHZ 124, 52, with case note. Translated by Irene Snook. *German Law Archive*, 21 jun. 2013.
- ENGLAND. Court of Appeal (Civil Division). EWCA Civ 37: *Jonathan Yearworth and others v. North Bristol NHS Trust*. Judge Griggs. 4 feb. 2009.
- QUEENSLAND. Queensland Supreme Court. QSC 118: *Kate Jane Bazley v. Wesley Monash IVF Pty Ltd*. Judge White J. 21 apr. 2010.

PESQUISAS DO EDITORIAL

Veja também Doutrinas relacionadas ao tema

- Considerações acerca do estatuto jurídico do corpo humano, de Aline de Miranda Valverde Terra e Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira – *RT* 952/37-58;
- Do direito à integridade física aos transplantes: uma análise sob a ótica dos direitos da personalidade, de Marcos Vargas Fogaça – *RT* 995/107-128; e
- Direitos da personalidade direitos à vida, ao próprio corpo e às partes do mesmo (transplantes), de Antônio Chaves – *Doutrinas Essenciais de Direito Civil* 3/89-111.